

Reunidos em Brasília para avaliar a situação da economia, o presidente da República e o ministro da Fazenda chegaram à conclusão óbvia: para que a economia se salve do buraco em que a jogaram é necessário que os particulares voltem a investir — e, tão importante quanto isso, que do Exterior aumente a vinda de capitais sob a forma de investimento direto, ou empréstimos. O diagnóstico nada tem de brilhante: afinal, pretender que aumente a renda nacional e a participação de amplos setores sociais nos produtos da riqueza sem aumentar os investimentos é esperar por milagres, que não acontecem todos os dias. O que existe de extraordinário, na conclusão referida de início, é que, ao mesmo tempo em que se coloca como condição de salvação nacional a retomada dos investimentos, se anuncia que, diante das perspectivas de a inflação chegar a mais de 15% ao mês no início de 1988, já se pensa, no Ministério da Fazenda, em aplicar novo choque heterodoxo, congelando preços e salários, mas desta vez “com competência”. Resumidas razões, ao mesmo tempo que se faz apelo ao espírito empreendedor dos empresários — o qual só atua quando o mercado estabelece suas leis — ataca-se o mercado, sem cujo funcionamento não há empresário que ouse aplicar dinheiro em coisa alguma que não a especulação financeira.

A divulgação de notícias contraditórias desse teor é prova de quão distante da realidade estão aqueles que nos dirigem, de Brasília. É bem verdade que entre as condições que o ministro Bresser Pereira estabeleceria para comandar o *terceiro choque* (o primeiro tendo sido o Plano Cruzado, o segundo o Plano Bresser) está a adesão do presidente às teses de que se deve atacar com firmeza o déficit público e ter uma política salarial menos permissiva que a que está atualmente em vigor — se é que existe uma.

Se o presidente Sarney demonstra estar vivendo no reino da fantasia ao imaginar que os empresários se disporão a aplicar capitais vendo este clima de incerteza política e coerção administrativa em que se vive hoje, o ministro da Fazenda ou está dizendo ao presidente que pretende voltar a São Paulo, ou também está por inteiro fora da realidade. De fato, quando os inves-

timentos se retraem, não cabem apelos, nem muito menos ameaças, como fez ainda recentemente o presidente do Banco Central: ou investimentos, ou impostos! Por outro lado, quando a política salarial estabelecida pelo Plano Bresser é desrespeitada em primeiro lugar pelo setor público, trata-se de rematada ingenuidade imaginar que o presidente da República porá empenho ou terá condições de realizar política econômico-financeira que assente no pressuposto do controle do braço empresarial do Estado. O presidente só agirá se em janeiro, quando a inflação tiver chegado a níveis insuportáveis, o sr. José Sarney já se tiver acertado com a Assembléia Nacional Constituinte e obtido o presidencialismo com cinco anos, ou tiver perdido todas as esperanças de continuar presidente com os poderes de que desfruta hoje. Só assim se poderá esperar, da parte de s. exa., ação saneadora das finanças; fora disso, tudo será mera ilusão.

Aliás, o Brasil está vivendo de ilusões. O presidente e o ministro da Fazenda insistem na necessidade da aplicação de novos capitais, enquanto se adverte o empresário de que virá novo congelamento. Paralelamente, sabe-se que a Autolatina está firmemente decidida a reduzir seus investimentos no Brasil, pois não pode conviver num clima político e administrativo em que a alternativa que se deixa à empresa — agora receber insultos por ser transnacional — é acumular prejuízos. No fim de semana, a opinião pública foi tranqüilizada com a informação de que a Autolatina não pretende abandonar o Brasil; ao mesmo tempo, porém, sabia-se que o volume de seus novos investimentos no Brasil tinha sido fortemente reduzido.

O caso da Autolatina é apenas a ponta do iceberg.

Os responsáveis pelos investimentos estrangeiros no Brasil estão extremamente preocupados, seja com a ausência de uma diretriz clara por parte da Assembléia Nacional Constituinte no tocante ao tratamento que será dado ao capital estrangeiro, seja com o fato de o Executivo ser o responsável, em muitos setores-chaves, pela fixação dos preços de venda, dos preços dos

componentes, dos preços dos insumos e ainda da política cambial. A política salarial, teoricamente, cabe igualmente ao Executivo; na prática, está nas mãos dos trabalhadores, que ou seguem as instruções da *Ku Klux Klan* (leia-se CUT), ou então tomam como ponto de referência para suas reivindicações aquilo que se obteve no setor público. Em outras palavras, as empresas transnacionais temem um sistema em que o Executivo controla tudo e permite que os salários subam ao sabor das pressões da “oligarquia”, ou dos carbonários da CUT.

Os empresários nacionais não vivem clima diferente desse. Tanto quanto os estrangeiros, estão submetidos ao mais absoluto discricionarismo oficial; tanto quanto os estrangeiros, não sabem o que os espera amanhã, venha quer da Assembléia Nacional Constituinte quer da burocracia encastelada no CIP ou na Sunab, ou no Banco Central. Na realidade, se o Executivo deseja que haja investimentos privados (nacionais e estrangeiros) para recuperar a economia, deveria convencer-se de que o caminho para que isso se dê passa pura e simplesmente por aquilo que, à época do Plano Cruzado, chamávamos a “revolução do mercado”: deixar que o mercado funcione livremente e os empresários tenham a certeza de que o Direito será estável. Em parte alguma do mundo — evidentemente do mundo ocidental e democrático — o Direito que rege a vida econômica em todos os seus aspectos muda ao sabor do humor dos burocratas do segundo escalão.

Enquanto no Brasil o Direito não for estável, enquanto a burocracia continuar com todos os poderes de que foi investida, pelo afastamento do Judiciário das decisões que afetam o dia-a-dia de cada um, não se restabelecerá a confiança sem a qual não se criarão as condições para que os investimentos privados sejam retomados. O presidente da República precisa pensar nessas coisas elementares se é que pretende fazer que a economia brasileira se recupere das agressões de que foi vítima na gestão do sr. José Sarney, presidente do ministro Dilson Funaro.